



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

LUANA DE OLIVEIRA SILVA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO VILA AZUL, ARAGUAÍNA/TO: A
POLÍTICA PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

**ARAGUAÍNA/TO
2016**

LUANA DE OLIVEIRA SILVA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO VILA AZUL, ARAGUAÍNA/TO: A
POLÍTICA PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Tocantins - UFT,
Campus de Araguaína, junto ao Curso de
Tecnologia em Gestão de Cooperativas, como
requisito parcial de avaliação sob Orientação
da Prof^ª. Me. Renata RautaPetarly.

**ARAGUAÍNA/TO
2016**

LUANA DE OLIVEIRA SILVA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO VILA AZUL, ARAGUAÍNA/TO: A
POLÍTICA PÚBLICA SOB A ÓTICA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Tocantins - UFT,
Campus de Araguaína, junto ao Curso de
Tecnologia em Gestão de Cooperativas, como
requisito parcial de avaliação sob Orientação
da Prof^a Me. Renata RautaPetarly.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Renata RautaPetarly (Orientadora)

Prof^a. Esp. Carolina Ferreira Batista

Prof^o. Me. Cleiton Silva Ferreira Milagres

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil causa um misto de revolta e admiração, uma vez que ele para muitos é a única fonte de sustento da família e para outros ele é apenas uma ferramenta para que se possa perpetuar a pobreza e a dependência. Neste sentido é que os estudos feitos através deste artigo buscam entender como realmente o programa influenciou na vida das beneficiárias, pesquisa esta que buscou resposta não apenas nos referenciais teóricos e documentos legais, mas também em pesquisa de campo realizada por meio de entrevista semi estruturada com as 19 beneficiárias do programa residentes no Setor Vila Azul, cidade de Araguaína, Tocantins. Foi possível concluir que o programa não gera dependência das beneficiárias visto que todas as respondentes têm a perspectiva de se inserirem no mercado de trabalho formal e de que apenas o benefício do Programa Bolsa Família não é o suficiente para manter as famílias com melhores condições de vida e de sobrevivência. Esse objetivo, no entanto, é alcançado com a combinação entre o Programa Bolsa Família e Programa Minha Casa, Minha Vida.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Autonomia feminina. Melhoria de condições de vida.

ABSTRACT

The BolsaFamília Program (PBF) in Brazil cause a mixture of anger and admiration, since it for many is the only breadwinner source and for others it is just a tool so that we can perpetuate poverty and dependence. In this sense is that the studies made by this article seeks to understand how to actually program influenced the lives of the beneficiaries, research is that sought to answer not only in theoretical frameworks and legal documents, but also in field research through interviews semi structured with the 19 beneficiaries of the program residing in Sector Blue Village, city of Araguaína, Tocantins. It was concluded that the program does not generate beneficiaries of dependency since all respondents have the prospect of working in the formal labor market and that only the benefit of the Family Grant Program is not enough to keep families with better living conditions and survival. This goal, however, is achieved with the combination of the BolsaFamília Program and the Minha Casa, Minha Vida Program.

Keywords:Program Bolsa Família. Femaleautonomy. Improvementof living conditions.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que, no Brasil, nos últimos anos, tem se evidenciado a aplicação de políticas públicas para que seja reduzida no país a questão da pobreza e das desigualdades sociais. Tais políticas buscam, entre outros avanços, a erradicação da fome e a diminuição do déficit habitacional. E, como parte operacional destas políticas, é que foram criados alguns programas sociais, entre eles, o Programa Bolsa Família (PBF) que distribui um benefício em dinheiro para pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que é um programa habitacional para que pessoas de baixa renda tenham acesso à crédito para compra de unidades habitacionais com preços acessíveis. O objetivo deste artigo, no entanto, é verificar através do olhar das beneficiárias desses programas, o que elas pensam sobre o Programa Bolsa Família e o que fariam se pudessem mudar a forma de execução do mesmo.

A motivação para escrever este artigo partiu do pressuposto de que as mulheres que são beneficiárias do Programa Bolsa Família são julgadas como “preguiçosas”, uma vez que muitas não tem trabalho e que uma parte delas tem o benefício como única fonte de renda. Outra questão um tanto interessante é o fato de que algumas dessas mulheres que foram beneficiadas pelos programas sociais separaram-se de seus cônjuges, o que deixa a reflexão sobre o empoderamento dessas mulheres e o fato de algumas só estarem casadas por causa do sustento dos filhos e do seu próprio. Apesar de ser possível perceber essa mudança na vida das mulheres, este assunto não foi abordado no trabalho devido às debilidades em se elaborar um trabalho de conclusão de curso. No entanto, observando estas situações é que foram surgindo alguns questionamentos, tais como: As mulheres beneficiárias vivem realmente da forma como são julgadas? Elas, de fato, não trabalham porque não querem? E o que mudou para elas depois de terem recebido a casa? Estas são as questões propostas que levaram a ideia de composição deste artigo.

Como estratégias metodológicas de pesquisa, foram utilizados dois métodos: pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos sobre o assunto, buscando a visão de alguns autores sobre as mudanças financeiras e culturais que ocorreram na vida das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, e pesquisa de campo através de entrevista semi estruturada com uma amostra de dezenove mulheres moradoras do bairro Vila Azul, escolhido como objeto de pesquisa por se tratar de um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida.

1. Um breve relato sobre o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa social de transferência direta de renda que foi criado através do projeto de Lei 10.836 de 09, de janeiro de 2004, derivado da unificação de outros programas sociais como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. O Programa Bolsa Família atende, segundo os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), 14 milhões de famílias em todo Brasil, o que representa um total de 50 milhões de pessoas no país e que equivale a 24% da população brasileira.

O Programa Bolsa Família foi criado com a intenção da retirada de famílias da extrema pobreza, reduzindo a fome e a sua transição por gerações, ou seja, para evitar que famílias tenham como herança a pobreza e a fome. De acordo com as informações oficiais, existem algumas condições ou pré-requisitos que devem ser levados em consideração para que uma família de baixa renda entre no programa e algumas ações que devem ser praticadas para que essas famílias permaneçam recebam o benefício monetário, além de terem acesso a outros benefícios e programas vinculados ao PBF.

De acordo com o MDS, para se ter acesso ao programa, as famílias precisam possuir uma renda per capita máxima de R\$77,00 por mês, ter crianças e/ou adolescentes entre 0 e 17 anos e possuir o CadÚnico¹ (Cadastro Único para Programas Sociais) do Governo Federal. As informações contidas neste cadastro serão repassadas ao MDS para serem analisadas e, caso o perfil da família seja comprovado, estas estarão aptas a receber o benefício. Há, ainda, um detalhe a ser observado: a inscrição no CadÚnico não garante que a família cadastrada comece a receber o benefício, isso porque, segundo as próprias informações institucionais disponibilizadas pelo site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o processo de seleção destas famílias é feito por um sistema informatizado que coleta os dados não só das famílias que fazem a inscrição, mas das famílias que já são beneficiárias em cada município. Além disso, esses benefícios não podem ultrapassar o orçamento destinado à manutenção do programa². O CadÚnico mostra o perfil social e a renda das famílias nele

1 O Cadastro Único para Programas Sociais é feito por todas as famílias que possuem interesse em receber o benefício e é de responsabilidade das prefeituras.

2 O Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 (PLN13/2014) destinou R\$27,1 bilhões para o Programa Bolsa Família.

cadastradas e também serve como instrumento para coleta de dados, para que assim sejam realizadas análises de como andam e quantas são as famílias de baixa renda no país.

Após a família ter sido selecionada e passar a receber os benefícios do PBF, algumas regras devem ser seguidas para que elas continuem tendo acesso ao programa. Como o programa busca o desenvolvimento das famílias em relação à saúde e à educação, há deveres a serem seguidos (chamadas de condicionalidades de permanência): as crianças matriculadas e frequentando a escola, manter sempre em dia o cartão de vacinação e, para as gestantes, é necessária a realização dos exames de pré-natal (o cartão da gestante deverá conter o número de consultas feitas durante todo o período de gestação). Todas essas informações também são coletadas pelas Secretarias de Saúde e Educação do município e repassadas para a prefeitura através da Secretaria de Desenvolvimento Social. Por meio destes dados, o Governo Federal tem acesso ao acompanhamento dessas famílias, quantas são e qual o valor do orçamento que deve ser transferido a cada município.

Assim como existem critérios para a permanência das famílias cadastradas no PBF, existem também critérios para desligamento dessas famílias do programa. São eles: o não cumprimento das condicionalidades, melhoria da renda da família e, em alguns casos, o próprio beneficiário manifestar o desejo e pedir o desligamento do programa³. Neste último caso, a família garante uma permanência no programa por até 36 meses, caso necessitem, serão reintegrados ao programa sem passar por uma nova seleção, se estiverem de acordo com os critérios exigidos pelo programa.

No estado do Tocantins, cerca de 130 mil famílias são beneficiárias do programa. A cidade com maior número de beneficiários é Araguaína com, aproximadamente, de 11.000 famílias beneficiárias.

2. O olhar da Ciência sobre o Programa Bolsa Família

Sabe-se que o PBF é, para milhares de famílias, a única fonte de renda que elas possuem. No entanto, para Pires (2012) o benefício, em determinadas famílias, serve como ajuda para complementar o orçamento, pois, nesse grupo de famílias, rotineiramente, existe

³ Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em todo o País, desde 2003, 2,8 milhões de famílias já deixaram o Programa Bolsa Família por meio do desligamento voluntário ou por optarem por não se recadastrar.

algum membro que trabalhe ou alguma outra forma de aumentar a renda dentro de casa. Nos casos em que o benefício é um complemento, é relatado que ele é usado para a compra de itens fundamentais para a subsistência dos beneficiários, além de garantir a inclusão social promovida pelo programa.

Ainda segundo Pires (2012), o benefício do Programa Bolsa Família é administrado pelas mulheres das famílias, que conseguiram mais autonomia no âmbito doméstico. Através do cumprimento das condicionalidades do programa, foi possível estreitar os laços entre as famílias e o Estado sem que houvesse intervenção masculina neste processo. Essa característica, segundo o mesmo autor, também possibilitou a ampliação das políticas públicas para essas famílias de baixa renda.

Por esse motivo, o PBF é considerado, por alguns autores, um programa social feminino, já que a titularidade e a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades são atribuídas às mulheres. No entanto, fica um questionamento: por que o PBF tem foco nas mulheres das famílias beneficiárias? Segundo Mariano e colaboradores (2009), a pobreza no Brasil tem sexo e cor, ou seja, as mulheres no Brasil são as que menos possuem renda para cuidar de suas famílias e as famílias das mulheres negras são consideradas ainda mais pobres se comparado com famílias chefiadas por mulheres brancas, o que é descrito como uma herança advinda da história de escravidão no país e que vem se perpetuando desde então.

A presença mais notável de mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais. Essas desigualdades têm como eixos estruturantes os marcadores sociais como gênero e raça-etnia, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no ocidente, portanto, sexo e cor são também definidores das desigualdades sociais. (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 902).

Outra mudança percebida nos últimos anos foi a reestruturação da composição familiar no Brasil. Nota-se, cada vez mais, que as famílias estão compostas por apenas um dos gêneros que é o único responsável pelo sustento e manutenção das famílias e, a grande maioria destas famílias, estão sendo chefiadas por mulheres que tem a obrigação de prover a subsistência dos membros da casa. Para Mariano e Carloto (2009), dados estatísticos mostram que as famílias chefiadas por mulheres eram, nos anos 90, de apenas 22,3% das famílias na época, já em 2007, esse número pulou para 33%, o que representa um aumento de quase 11% em 14 anos. Esse dado comprova que, cada vez mais, as mulheres têm assumido o papel de chefes de suas casas.

Além do mais, para esses estudiosos, as mulheres administram esses recursos pensando no benefício da família, pois elas têm maior visão de futuro, pois sabem dos

problemas da casa e distribuem o dinheiro da forma mais adequada possível à necessidade da família. Nesse sentido, e de acordo com Pires (2012), a escolha da mulher como gestora é vista também como uma seguridade para que as condicionalidades (como saúde e educação) sejam cumpridas, uma vez que a preocupação com o bem estar dos membros da casa é maior entre o sexo feminino em relação ao sexo masculino.

Outra visão sobre o porquê de considerar o PBF um programa social feminino, é o fato de que as mulheres beneficiárias adquiriram ao longo dos anos mais autonomia, autoconfiança e empoderamento, não só financeiro, mas social, cultural e familiar. Para Moreira e colaboradores (2012), o Programa Bolsa Família tornou as mulheres legitimamente cidadãs, uma vez que elas adquiriram mais poder de decisão. De acordo com os autores, as beneficiárias do programa sentem que, a partir do momento que possuem o benefício, podem decidir o que mais convém para si e para suas famílias e até mesmo sobre a comunidade da qual fazem parte.

3. O olhar das Beneficiárias do Programa Bolsa Família

3.1.Procedimentos metodológicos

O Loteamento Vila Azul é um conjunto habitacional situado na cidade de Araguaína, Tocantins, e é totalmente construído e financiado pelos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida⁴. Mesmo este não sendo o foco deste trabalho, é importante informar que o programa beneficia famílias com renda mensal de até R\$1.600,00.

O loteamento Vila Azul I e II foi inaugurado no dia 25 de novembro do ano de 2011 e é um dos loteamentos pertencentes ao programa habitacional do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal. O loteamento Vila Azul tem, atualmente, 930 famílias das quais, segundo relatos da agente comunitária de saúde responsável pelo atendimento no local, cerca de 700 recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

Como metodologia para a pesquisa, foram usados, além de referenciais conceituais, dados de pesquisas de campo captados através de entrevista semi estruturada feita com

⁴ Importante destacar que apesar da população estudada nesta pesquisa ser toda composta por beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida, este não é um objeto de estudo deste trabalho. Acredita-se que ao aprofundar também neste programa, extrapolaria o objetivo inicial desta pesquisa e todas as viabilidades de tempo e dimensão para este trabalho também seriam extrapoladas. Assim, para maiores informações sobre este programa, acessar <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>

dezenove moradoras de diversos pontos do bairro. Inicialmente, a Secretaria Municipal de Saúde (responsável pelo acompanhamento do Programa Bolsa Família) determinou que uma de suas agentes de saúde acompanhasse a equipe de pesquisa na realização das entrevistas. Assim, a escolha das famílias se daria a partir da programação prévia já elaborada pela agente de saúde. No entanto, após diversos contratemplos, o andamento das entrevistas ocorreu de forma individual sendo realizadas visitas aleatórias aos domicílios, sem a ajuda da agente de saúde.

Para determinar a quantidade de famílias entrevistadas, foi utilizada a fórmula estatística apresentada por Martins (1994): $1,96*1,96*0,5*0,5*N/0,05*(N-1)+1,96*0,5*0,5$

Aplicando a fórmula à população de 700 famílias, a amostra se delimitaria em 18,96 famílias, o que justifica o recorte de 19 entrevistadas.

3.2. Perfil das beneficiárias

A seguir, a análise dos resultados obtidos com as entrevistas com as moradoras do bairro Vila Azul, as quais além de dados como números de filhos, renda e escolaridade, foram questionadas sobre as mudanças provocadas pelo programa e quais as perspectivas que elas têm acerca do futuro além de terem sido questionadas sobre o que mudariam no programa se tivessem este poder.

Quadro1: Perfil das respondentes

Respondente	Idade	Est.civil	Filhos	Escolaridade	Complementam a renda?
M1	29	Solteira	3	Ensino médio completo	Sim
M2	68	Casada	2 netos	Ensino fundamental incompleto	Sim
M3	42	Casada	3	Ensino médio completo	Sim
M4	38	União estável	6 (somente 3 recebem o benefício)	Não informado	Sim
M5	27	Solteira	2	Ensino médio completo	Sim
M6	39	União estável	3	Ensino médio completo	Sim
M7	49	Solteira	3	Ensino médio completo	Sim
M8	36	União estável	2	Ensino médio completo	Sim
M9	36	Solteira	5	Ensino fundamental completo	Sim

M10	36	União estável	5	Ensino fundamental incompleto	Sim
M11	41	Solteira	4	Ensino fundamental incompleto	Sim
M12	30	Solteira	3	Ensino fundamental incompleto	Sim
M13	36	Solteira	2	Ensino fundamental incompleto	Sim
M14	35	Solteira	4	Ensino médio completo	Sim
M15	36	União estável	2	Ensino médio completo	Sim
M16	32	Casada	3	Ensino médio completo	Sim
M17	41	Casada	4	Ensino médio completo	Sim
M18	34	Casada	4	Ensino médio completo	Sim
M19	48	Solteira	Nenhum	Ensino fundamental incompleto	Sim

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Inicialmente, alguns esclarecimentos precisam ser feitos. A respondente M4, é mãe de seis filhos, mas somente três recebem o benefício, pois os demais saíram da faixa etária que exige o programa, permanecendo apenas os filhos menores de 18 anos em idade escolar.

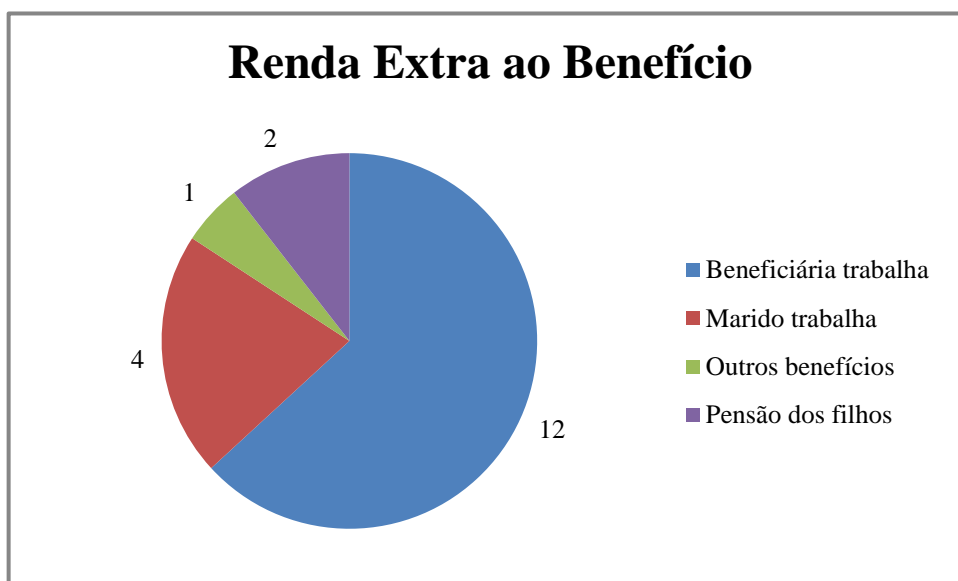
Já a respondente M19, é beneficiária sem ter filhos com a argumentação de que cuida da mãe idosa e possuíam, como única fonte de renda, o auxílio doença da mãe e que passou a receber o benefício logo após se cadastrar no CadÚnico. Durante as pesquisas para este trabalho e buscando compreender melhor essa especificidade, não foram encontradas características que o permitisse.

Neste primeiro quadro, observou-se que a maioria das beneficiárias do programa são mães de no mínimo três filhos e uma faixa etária mínima de 36 anos, quebrando o paradigma de que as mulheres querem mais filhos para que aumente o valor do benefício, outro fato interessante e que a maioria destas mulheres conseguiu concluir o ensino médio, fazendo mais uma vez com que a concepção de que beneficiários do programa são semi ou completamente analfabetos. O quadro 1 também mostra que um percentual significativo das entrevistadas são as que sustentam suas famílias.

3.3. Perfil da renda das mulheres do programa

Neste gráfico, foi possível observar que as mulheres beneficiárias possuem outra fonte de renda e que não sobrevivem exclusivamente do dinheiro do programa. Outro dado constatado é que, das dezenove mulheres entrevistadas, cerca de 62,2% delas são as provedoras do sustento de suas famílias e são as que trabalham para manter a casa. 37,8% possuem outro tipo de renda.

Figura 2: Renda extra ao benefício



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Esta informação nos permite compreender que, ao contrário dos mitos espalhados pela sociedade, as mulheres beneficiárias do Programa não deixam de trabalhar apenas para receber o benefício e que o mesmo não gera total dependência financeira dos beneficiários.

3.4. O que mudou na vida das mulheres após serem contempladas no Programa Bolsa Família?

Ao serem questionadas sobre essa indagação, as respondentes afirmaram, de maneira unânime, que o Programa Bolsa Família mudou muito pouco a realidade da vida delas. No entanto, relatos como os descritos a seguir mostram como o objetivo principal do programa, de retirar as famílias da extrema pobreza, foi atingido:

“Sódá pra pagar o gás, a comida e o material das crianças” (M9).

“Não melhorou muita coisa não, mas amenizou, pois muitas vezes não tínhamos dinheiro e ele ajuda” (M18).

“Melhorou bem pouco, pois compro remédios, não melhorou muito porque o benefício é pouco” (M19).

Apesar de avaliarem dessa forma o Programa Bolsa Família, as respondentes também foram unânimes em afirmar como o acesso à casa própria pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, mudou positivamente suas vidas. Relatos como os demonstrados a seguir, mostram como a complementação dos dois benefícios garante melhorias na qualidade de vida dessas famílias.

“Pra mim melhorou bastante com o benefício. Com a casa melhorou tudo porque, melhorou a minha condição financeira porque pra quem vive de aluguel as coisas são mais difíceis e aí depois que ganhei a casa pra mim graças a Deus as coisas melhoraram, espero melhorar mais” (M1).

“Mudou muito, pois pago água e energia com esse dinheiro, a casa foi boa também, pois eu morava na rua” (M9).

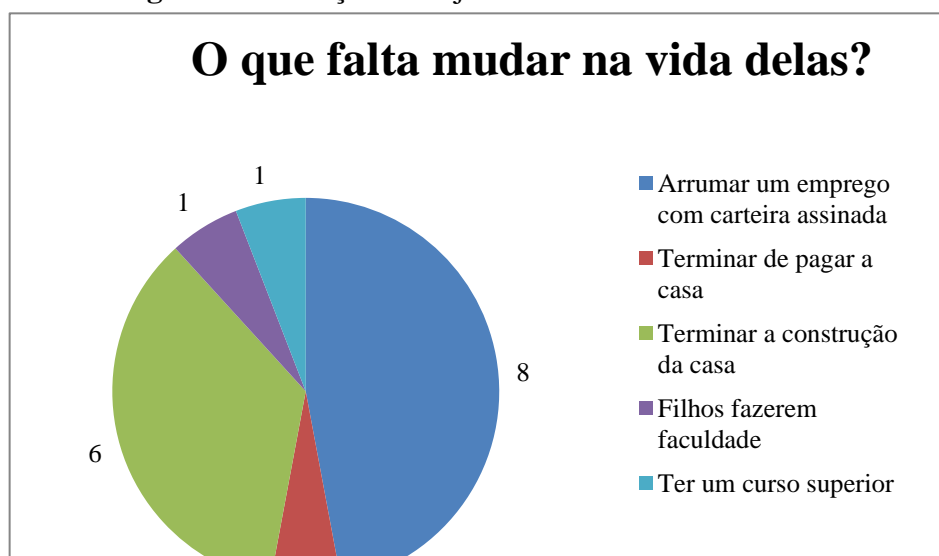
“Bolsa família melhorou muito, pois meus filhos andam mais arrumados pois o benefício é deles, com a casa melhorou a vida pois o dinheiro do aluguel investe em outra coisa” (M12).

Estes relatos mostram que o Bolsa Família por si só mudou muito pouco a vida das mulheres, mas que através deste programa elas tiveram acesso a outros como o Minha Casa Minha Vida, e por serem contempladas com as casas essas mulheres afirmam que de fato o que mudou suas vidas foi a conquista da casa, e que de certa forma o PBF se tornou secundário no que se diz respeito às mudanças de suas vidas.

3.5. Quais os desejos futuros das beneficiárias do programa?

As beneficiárias do programa Bolsa Família mesmo tendo o benefício como uma fonte de renda, sentem o desejo de mudanças de vida, principalmente no âmbito profissional. Quando perguntadas quais suas ambições a maioria respondeu que sentem a vontade de conseguir um emprego com carteira assinada, para que possam ter seus direitos garantidos e mais segurança financeira.

Figura 3: Alterações desejadas na vida das beneficiárias



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Ao analisarmos o gráfico representado na Figura 2, nota-se que a maioria das beneficiárias do programa tem como prioridade para mudança de vida encontrar um emprego formal, ou seja, trabalhar com carteira assinada, o que comprova que, mesmo recebendo o benefício do Programa, as moradoras do bairro, sentem o desejo de trabalhar para melhorar a situação de suas famílias. Ainda segundo relatos de algumas moradoras, adquirir um meio de transporte seria a segunda prioridade para mudança de vida das mesmas, uma vez que o problema com o transporte público no bairro dificulta a locomoção dos moradores para outros locais da cidade.

3.6.O que as beneficiárias mudariam nos Programas se tivessem poder para mudá-los?

Mais uma vez, todas as moradoras entrevistadas no loteamento Vila Azul, disseram que, se pudessem mudar algo no Programa Bolsa Família ou no Programa Minha Casa Minha Vida, mudariam a honestidade na concessão dos benefícios a fiscalização em todo o processo. Segundo elas, existem muitas pessoas que recebem o benefício e não têm filhos ou não atendem às exigências para fazer parte dos programas. Em segundo lugar, outra mudança que todas gostariam que houvesse, é o aumento do valor pago pelo benefício, pois alegam que este valor é pouco e não ajuda muito nas despesas da casa.

As moradoras do bairro vila azul deixaram evidente que a uma forte ligação entre o bolsa família

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi buscar, através do olhar das beneficiárias do Bolsa Família no bairro Vila Azul da cidade de Aragaína-To, o que elas pensam sobre o programa, se o valor do benefício é suficiente para o sustento de suas famílias e como suas vidas mudaram após terem sido contempladas com o benefício. Neste contexto, o que se notou através dos dados da pesquisa é que, mesmo sendo favorecidas com o PBF e saindo da faixa de extrema pobreza, muito ainda tem que se melhorar e que, na visão da maioria, o programa ainda deixa muito a desejar, principalmente no que diz respeito a fiscalização e quantidade do valor que é repassado, uma vez que todas as entrevistadas afirmam que o dinheiro é pouco e que não é suficiente para suprir as despesas da casa servindo apenas como “ajuda”.

Outro ponto importante que elas relataram é a questão da não vigilância em relação a quem recebe o dinheiro da bolsa, isto é, pessoas que não se adequam aos critérios foram contempladas com o benefício, enquanto outras, que realmente necessitam, não o recebem, o que causa um sentimento de revolta entre as moradoras que alegam que há muita injustiça.

Outro dado interessante, percebido através das entrevistas é o desejo de todas as entrevistadas de encontrarem um trabalho de carteira assinada, uma vez que a maioria trabalha de modo informal para complementar a renda. Elas ainda justificam que um emprego formal daria mais segurança para cuidarem de suas famílias, já que um quantitativo razoável das entrevistadas, são as únicas mantenedoras de suas casas.

A partir desses apontamentos, é possível concluir que, apesar do Programa Bolsa Família contribuir para retirada das famílias da extrema pobreza, ele ainda não é suficiente para garantir as condições mínimas de sobrevivência dessas famílias. O objetivo do programa, dessa forma, é alcançado com a combinação no recebimento de outros benefícios, no caso, o Programa Minha Casa, Minha Vida que, efetivamente, trouxe melhorias nas condições de vida das participantes da pesquisa. Conclui-se, ainda, que estas beneficiárias, bem ao contrário do que se especula, sentem desejo de melhorar ainda mais suas condições de vida, a fim de conseguirem trabalhar para garantir isso e que o fato de terem conseguido realizar o sonho da casa própria foi apenas um passo para a realização de outros desejos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. **Programa Bolsa Família: O que é?** Disponível em: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/149>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. **Programa Bolsa Família: Como Funciona?** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. **Bolsa Família: Pagamento por município em setembro de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B8xWMKjvk4IJaGpwSGNFT0ZzUFU/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Orçamento ao alcance de todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015.** Brasília, 2014.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. **Gênero e Combate a Pobreza: Programa Bolsa Família.** Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** São Paulo: Atlas, 1994.

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos centros de referência de assistência social. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, vol.46, n. 2, Mar./Abr. 2001.

PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: Percepções do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesqui.** São Paulo. vol.42, n.145. Jan./Apr. 2012.